

## DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

## Edital 42/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
42/2025	110404-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	MARIA JUSTINA ARAUJO BARROS	20/02/2026 16:43 (v 0.16)
Status	DISPONIBILIZADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	18/2025	60575.000079/2025-52

## Preâmbulo

## PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90.042/2025

**Objeto:** Registro de preços para eventual aquisição, por meio de Sistema de Registro de Preços de uniformes especiais e enxovais.

**Valor estimado da contratação:** R\$ 262.752,45 (duzentos e sessenta e dois mil setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

**Data da sessão pública:** 10/03/2026 às 10h (horário de Brasília/DF)

**Local:** Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>)

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**Modo de disputa:** Aberto e Fechado

**Tratamento favorecido ME/EPP/Equiparadas:** Sim

**Margem de Preferência para algum item:** Não

**Sistema de Registro de Preços:** Sim

**Valor estimado sigiloso:** Não

## SUMÁRIO

1. DO OBJETO.
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.
8. DA FASE DE JULGAMENTO.
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.
10. DO TERMO DE CONTRATO.
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.
13. DOS RECURSOS.
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

## 1. DO OBJETO



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DE PESSOAL

### **PREGÃO ELETRÔNICO - SRP N.º 90.042/2025**

Processo Administrativo n.º 60575.000079/2025-52

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Ministério da Defesa, por meio do Departamento de Administração e de Pessoal, sediado na Esplanada dos Ministérios, s/n, Anexo I, Bloco O, bairro Zona Cívico Administrativa, na cidade de Brasília/DF, CEP: 70052-900, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, com critério de julgamento Menor Preço Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é aquisição, por meio de Sistema de Registro de Preços de uniforme especiais e enxovais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2. Informa-se que para a assinatura da Ata de Registro de Preços, recomenda-se que as licitantes vencedoras se cadastrem no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no sítio: [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0).

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens **2 ao 25** a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei n.º 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei n.º 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei n.º 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei n.º 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei n.º 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei n.º 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar n.º 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item.

6.1.2. Fabricante; e

6.1.3. Quantidade cotada, devendo respeitar a quantidade máxima.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (um décimo por cento).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação ao item não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto n.º 11.430, de 8 de março de 2023;

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto n.º 12.304, de 2024.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM), no endereço eletrônico <https://certidoes.cgu.gov.br/>;

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

8.1.4. Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>. e

8.1.5. Consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público - CADIN, no endereço <https://cadin.pgfn.gov.br/>.

8.1.5.1. A existência de registro no CADIN não impactará na aceitação da proposta, mas a não regularização será impacto na continuidade da futura formalização do contrato.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei n.º 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

- 8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.7.1. Contiver vícios insanáveis;
  - 8.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
  - 8.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 8.7.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 8.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 8.9.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 8.9.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.14. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.19. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.20. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n.º 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas** prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas para:

9.14.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.21. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei n.º 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei n.º 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

9.21.1. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

9.21.1.1. Identidade dos sócios;

9.21.1.2. Atuação no mesmo ramo de atividades;

9.21.1.3. Data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

9.21.1.4. Compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;

9.21.1.5. Identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

9.21.1.6. Identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

9.21.2. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o(a) Agente de Contratação registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

9.21.3. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei n.º 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

9.21.3.1. Inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração; e

9.21.3.2. Relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

E item 2.2 da Ata de Registro de Preços

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) Encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) Disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou

c) Outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei n.º 14.133, de 2021;

10.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei n.º 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.4. Os prazos dos itens 10.1 e 10.2 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.



11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, conforme item 6.1.2.1 do Estudo Técnico preliminar n.º 137/2025.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei n.º 14.133, de 2021; e

12.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto n.º 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico o <https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos-1>.

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. Fraudar a licitação;

14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa;

14.3.3. Impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [colic@defesa.gov.br](mailto:colic@defesa.gov.br).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/defesa/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos-1>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Termo de Referência n. 15/2026;

16.11.1.1. Anexo I - Instrumento substitutivo de contrato; e

16.11.1.2. Anexo II - Termo de Ciência e Concordância.

16.11.2. Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar n. 137/2025; e

16.11.3. Apêndice II – Minuta de Ata de Registro de Preços.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LUIZA DE FREITAS MAGANHI**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 20/02/2026 às 16:42:58.

## DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

## Ata de Registro de Preços 5/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2025	110404-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	MARIA JUSTINA ARAUJO BARROS	18/02/2026 14:41 (v 0.4)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		60575.000079/2025-52

## 1. DO OBJETO



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DE PESSOAL

## Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A União, por intermédio do Ministério da Defesa (MD), com sede na Esplanada dos Ministérios, Anexo I do Bloco "O", 2º andar, na cidade de Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 03.277.610/0001-25, neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º 60575.000079/2025-52, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

## 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de aquisição de uniformes especiais e enxovais, especificado no item 1 do Termo de Referência, anexo ao Edital de Licitação n.º 90.042/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Ministério da Defesa.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, deverá haver renovação dos quantitativos registrados, cabendo antes consulta e aceite da empresa licitante e aplicando o índice de reajuste necessário para manter o equilíbrio



econômico-financeiro da Ata, conforme item 6.1.2 e subitens 6.1.2.1 e 6.1.2.2 do Estudo Técnico Preliminar nº 137/2025.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023 .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
- 11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
- Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

*Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria - Geral da União Modelo de Modelo Ata de Registro de Preços - Lei nº 14.133, de 2021 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação Atualização: SET/2025.*

## 12. ANEXO - CADASTRO RESERVA

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

X		(se exigida no edital)	(se exigido no edital)					

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item  do  TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca  (se exigida no edital)	Modelo  (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

### 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIA JUSTINA ARAUJO BARROS  
Equipe de apoio

## DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

**Estudo Técnico Preliminar 137/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 60575.000079/2025-52

**2. Descrição da necessidade**

2.1. A demanda por uniformes especiais na Administração Central do Ministério da Defesa (ACMD) representa uma necessidade intrínseca e constante do órgão, seja para a identificação funcional de servidores, a padronização visual das equipes, a garantia de segurança em determinadas atividades ou o provimento de conforto adequado para o desempenho das funções.

2.1.1. A demanda é para atender a padronização disposta na Instrução Normativa nº 1/SEORI/SG-MD, de 5 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a composição, aquisição, distribuição e utilização de uniformes especiais no âmbito da ACMD. O uso obrigatório e privativo dos servidores civis e militares em exercício no órgão, que em razão das peculiaridades do desempenho de suas atribuições é previsto o recebimento de vestimenta padronizada na referida norma; e

2.1.2. Prevista a distribuição dos uniformes para os servidores e os militares cujas atribuições estejam relacionadas aos serviços elencados no art. 3º da IN nº1/SEORI/SG-MD.

*"I - serviços de cozinha: uniforme Tipo 1;*

*II - serviços gerais: uniforme Tipo 2;*

*III - serviços de transporte e programa de alimentação: uniforme Tipo 3;*

*IV - serviços de segurança, auditório e de apoio administrativo do Gabinete do Ministro: uniforme Tipo 4; e*

*V - brigada de incêndio: uniforme Tipo 5."*

2.2. Também será necessária aquisição de uniformes para atender os integrantes do Gabinete do Ministro (GM) que trabalham na Segurança Pessoal do Senhor Ministro de Estado da Defesa (SEGPES) e manter as condições adequadas de apresentação e uniformização dos integrantes do Gabinete do Senhor Ministro de Estado da Defesa, no cumprimento de missões em ambientes externos à ACMD, a exemplo em locais onde as Forças Armadas realizam treinamento ou operações; e onde se realizam reuniões e solenidades civis e militares, para citar algumas tais ocasiões. Em diversas atividades que ocorrem fora das dependências do Ministério da Defesa, é necessário que os integrantes do GM e da SEGPES, estejam trajados adequadamente de forma que sua vinculação com o MD esteja evidente, bem como para viabilizar a execução de tarefas que por vezes acontecem em locais inóspitos, para o desenvolvimento de atividades programadas.

2.3. Outrossim, a necessidade de aquisição de roupas de cama, que visam atender as guarnições em serviço da Marinha e Aeronáutica na utilização do alojamento da ACMD. A guarda militar responsável pela segurança das instalações do Ministério da Defesa permanece em regime de plantão e alojamento, sendo essencial garantir condições adequadas de descanso e higiene. Para isso, justifica-se a aquisição de lençóis, fronhas e colchas de cama com troca e reposição dos materiais prevista para cada 6 (seis) meses.

2.4. Neste contexto as aquisições de uniformes especiais, uniformes táticos para a equipe de segurança do Ministro e roupas de cama para o alojamento da guarda militar configura uma necessidade permanente e contínua da Administração Pública, diretamente vinculada à manutenção das atividades institucionais do Ministério da Defesa.

2.5. A aquisição conjunta no mesmo processo representa uma otimização de recursos administrativos, logístico e orçamentário, além de garantir a uniformidade dos procedimentos de compra, distribuição e controle de estoque, conforme os artigos 6º a 9º da referida Instrução Normativa.

2.6. Alguns uniformes precisarão ser confeccionados sob medida do usuário, a confecção de determinados uniformes, como os ternos utilizados por seguranças e motoristas que atuam diretamente no Gabinete do Ministro de Estado da Defesa, é essencial para garantir:

- Apresentação institucional adequada, conforme o nível de formalidade exigido pelas funções de representação e segurança de autoridades;
- Conforto e mobilidade, especialmente em atividades que exigem postura, deslocamento constante e uso prolongado da vestimenta;
- Durabilidade e ajuste técnico, evitando desgaste prematuro por inadequação de tamanho ou modelagem;
- Padronização visual e estética, conforme os princípios da Administração Pública de impessoalidade e eficiência.

- 2.6.1. A adoção de confecção sob medida está amparada pela Lei nº 14.133/2021, que em seu art. 11, inciso I, estabelece que as contratações públicas devem observar critérios de eficiência, economicidade e adequação ao interesse público. A confecção personalizada atende diretamente a esses critérios, ao evitar desperdícios com peças inadequadas e garantir o uso pleno dos recursos públicos.
- 2.7. A solicitação de aquisição encontra-se alinhada com o Plano Estratégico Organizacional (PEO 2024-2027) Objetivo Estratégico 9 - Aprimorar a Governança e a Gestão: Fortalecer e aprimorar as estrutura, os processos e os mecanismos de governança e de gestão buscando a modernização institucional, com vistas a melhorar o desempenho, a eficiência e a qualidade das entregas, com foco nos resultados institucionais. Ressalta-se que o Plano Diretor de Logística Sustentável - PDLS encontra-se em fase de elaboração conforme Portaria DESEG/SEORI/SG-MD nº 4510, de 23 de setembro de 2024.
- 2.8. Este estudo terá como objetivo detalhar o atendimento dessa necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o Termo de Referência do respectivo processo de compra dos objetos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenador da Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado - COPAS	ALEX SANDRO XAVIER DA SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. O objeto desta contratação possui natureza comum, conforme inciso XIII do Art. 6º da Lei 14.133/21, em virtude de possuir natureza simples, cuja descrição e detalhamento não guardem a complexidade, ou, mesmo dificuldade de identificação, sendo enquadrado como bem comum. Podendo ser utilizada forma de pregão eletrônico.
- 4.2. A contratação em questão visa cobrir o fornecimento de uniformes para os próximos 12 (doze) meses, considerando a estimativa das demandas apresentados pelos setores, bem como uma parcela de reserva técnica para o almoxarifado, com vistas ao atendimento de demandas urgentes.
- 4.2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contado da data de assinatura do instrumento utilizado. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado, tendo em vista que a demanda é para atender o previsto na norma interna da ACMD, Instrução Normativa nº 1/SEORI/SG/MD de 5 de fevereiro de 2020. Cabendo uma possível prorrogação do instrumento para além de um exercício financeiro.
- 4.3. Os materiais objeto da aquisição devem ser entregues no prazo de até 30 (trinta) dias da notificação do empenho ao fornecedor, no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco O, Anexo I – Sala 044 – CEP 70052-900 – Brasília – DF, aos cuidados do Ten Wagner, telefone: 61- 33124359, e-mail: wagner.coutinho@defesa.gov.br.
- 4.4. A aquisição de alguns uniformes poderá ser sob medida, neste caso, a empresa contratada deverá oferecer espaço físico adequado para realizar a aferição das medidas dos servidores/colaboradores (quando for o caso), em local próprio (sede ou filial localizada em Brasília-DF). A exigência da sede ou filial em Brasília-DF deve ser aplicada apenas aos casos em que o uniforme for sob medida, o que vincula a necessidade tempestiva de aferição das medidas, que ocorrerá fisicamente na sede ou filial da empresa contratada, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar da solicitação de fornecimento do material. Nos demais casos, em que será indicado o tamanho do uniforme na solicitação de fornecimento (PP; P; M; G; GG; XG; XGG), não há necessidade de que a empresa contratada tenha sede em Brasília-DF. Ressalta-se que, seja sob medida ou por tamanho definido, a natureza dessa contratação é SOB DEMANDA. Essa estratégia permite que o fornecimento ocorra conforme a real necessidade, evitando desperdícios, excesso de estoque e custos desnecessários.
- 4.4.1. Além disso, também poderá ocorrer, após o fornecimento do itens sob medida, a necessidade de realização de ajustes em algumas das peças. Importante mencionar que este custos deverá estar previsto no valor da proposta. Assim como o tempo necessário para fazerem estes ajustes deverão respeitar o prazo de entrega.
- 4.4.2. Outro fator a ser observado é que não será permitida a subcontratação de empresas para realização do trabalho, assim sendo, a aferição das medidas e possíveis ajustes deverá ser realizado com pessoal qualificado e em estrutura adequada para não comprometer a qualidade e realização do trabalho.
- 4.5. Caberá exigência de amostra de todos os itens, por tratar-se de uniformes que precisam atendem as especificações técnicas e principalmente estéticas do MD. Para evitar itens de baixa qualidade que simplesmente não funcionam como deveriam, embora possuam descrição técnica semelhante à de objetos de boa qualidade.
- 4.6. Em razão da rotatividade dos servidores deste órgão, não é possível estimar a quantidade exata, e nem o momento da demanda, sendo uma contratação sob demanda e cabendo a entrega ser realizada de maneira parcelada, de acordo com o empenho realizado.
- 4.7. Não será necessária a garantia da contratação, ainda porque este custo poderia onerar o licitante com um gasto de recurso financeiro para garantia de um serviço mais simples. A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos



licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

#### 4.8. Não haverá participação de empresas reunidas em consórcio.

4.8.1. A presente aquisição não prevê a participação de empresas reunidas em justificada pela baixa complexidade das aquisições pretendidas e pela existência de empresas no mercado nacional, individualmente, com qualificação técnica e econômico-financeira suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

4.8.2. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos da habilitação do edital.

4.9. A cota reservada foi afastada para este certame, tal medida visa a garantia de padronização dos materiais ofertados, tendo em vista a especificidade dos objetos. Tal decisão, encontra amparo no inciso III do art. 49 da Lei Complementar 123/2006.

4.10. Os itens desta aquisição estão em conformidade com o Catálogo de Materiais (CATMAT), os Códigos discriminados no quadro do subitem 8.1. estão válidos, de acordo com o apêndice I, e são compatíveis com os produtos, em caso de haver divergências entre as especificações deste objeto descritas no sítio Portal de Compras do Governo Federal e as especificações técnicas constantes neste estudo, prevalecerão as últimas.

4.10.1. Para os itens da presente contratação não foram encontrados CATMAT Sustentável, que permitiria identificar itens de materiais sustentáveis que poderiam ser adquiridos em substituição a itens similares. Contudo, foram observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.

4.11. Os itens desta aquisição, até o presente momento, não estão contemplados no Cadastro Eletrônico de Padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022. Sendo assim deverá ser utilizado o modelo de termo de referência elaborado pela Advocacia Geral da União e que as alterações sejam destacadas.

4.11.1. Até o momento de elaboração deste artefato, os itens padronizados no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP são; Água mineral natural, sem gás e Café e açúcar.

#### Sustentabilidade

4.12. É de responsabilidade do licitante que vier a ser contratada, adotar, na produção e no fornecimento dos itens desse presente certame, no que couber, as práticas de sustentabilidade constantes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro 2010, art. 5º e seus incisos, e ainda:

4.12.1. Fornecer os objetos acondicionados em embalagem individual, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, com o menor volume e possível, que utilize materiais reciclados e/ ou recicláveis, preferencialmente de papelão ou plástico à base de etanol de cana-de-açúcar;

4.12.2. Os objetos não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

4.12.3. A empresa vencedora não deve possuir em sua cadeia de produção empresas que explorem o trabalho infantil, bem como empresas que explorem o trabalho escravo (não devem possuir inscrição no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04 de 11 de maio de 2016).

4.12.4. Não haverá solicitação de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) para os itens da presente contratação. Por mais que cadastro traga maior segurança e incentive a sustentabilidade nas contratações, por exigir que as empresas estejam regularizadas perante os órgãos de fiscalização. Essa medida não é vantajosa para este tipo de contratação, por causa uma restrição indevida à pequenas empresas, tais como as microempresas e empresas de pequeno porte, essas pequenas empresas que trabalham com confecção de roupas, muita das vezes empresas familiares, talvez não tenham ainda este registro, o que afastariam estas de participarem do certame. E como a sustentabilidade também pode ser aplicada para o campo social e econômico, incentivando as empresas a promoverem ações de inclusão social e redução das desigualdades, garantindo assim à essas empresas a possibilidade de fazerem novas contratações e ganharem mais recursos financeiros.

4.12.4.1. Consultando licitações desses materiais em outros órgãos não foi localizada este tipo de exigência. Salvo melhor entendimento, essa Equipe de Planejamento da contratação não fará exigência de tais certificados, até por entender que este tipo de cadastro se aplica mais a indústria têxtil, que transforma a matéria-prima. Não se aplicando ao produtor final.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1 Analisando o mercado atual e fazendo um levantamento das possíveis opções existentes, a equipe de planejamento da contratação (EPC) visou elencar as alternativas possíveis de atendimento à demanda, havendo as seguintes linhas de ações;

<b>Critério</b>	<b>Aquisição de Uniformes por Compra</b>	<b>Serviço - Contratação de empresa para fornecimentos dos uniformes sobre medida - Confeção</b>
Viabilidade Técnica	Especificações padronizadas e disponíveis no mercado. Maior número de fornecedores, não causará restrição por localidade, podendo várias empresas, até distante da região fornecer os itens.	Com possibilidade de personalização conforme a demanda específica, ajuste perfeito ao usuário, Poderá apresentar um menor número de fornecedores para atender a demanda.
Custo administrativo	Geralmente menor, devido à produção em escala e padronização. Podendo haver a participação no certame de empresas que revende e empresa que fabricam. Poderá ser realizado por meio de pregão, utilizando o sistema de Registro de Preço, sendo aplicada uma ata de registro de preço.	Potencialmente maior, devido à personalização e ajustes individuais. Cabe somente para empresas que fabricam/ confeccionam os uniformes. Será necessário fazer um contrato, que poderá ter vigência de 1 ano ou 5 anos iniciais, sendo necessário que o Ministério tenha um recurso mínimo para realizar o empenho, assim possibilitando a formalização da contratação efetivamente.
Tempo de entrega	Mais rápido, pois os produtos já estão disponíveis ou são produzidos em série.	Talvez seja mais demorado, dependendo da complexidade dos ajustes e da demanda. Porque será necessário a confecção sob medida para o profissional que receberá o uniforme.
Adequação ao Interesse Público	Há padronização e homogeneidade entre os usuários.	Ideal para públicos com necessidades específicas (ex: tamanhos variados, e tipos diferentes de posto/ serviço).
Sustentabilidade	Limitada, a depender da cadeia de fornecimento do fabricante.	Maior controle sobre materiais e processos sustentáveis, conforme exigências legais.
Flexibilidade de Modelagem	Média, limitado aos modelos disponíveis no mercado, mas cabendo especificações de tamanhos variados de acordo com a demanda.	Alta, permite ajustes conforme necessidades específicas da Administração.
Risco de inadequação	Maior, se os tamanhos ou modelos não atenderem adequadamente aos usuários.	Menor, pois há maior controle sobre medidas e especificações.
Risco de inadimplência	Menor; após a entrega será realizado o pagamento.	Maior; falhas na prestação contínua podem comprometer o fornecimento.
Estoque	Poderá haver estoque, para atender a uma necessidade urgente.	Não há necessidade de ter estoque, haja visto que as roupas serão sob medida. Evitando estoques de peças não utilizadas por inadequação de tamanho ou modelo.
Exigência de Fiscalização Técnica	Menor, por se tratar de aquisição, cabendo a fiscalização fazer o controle de requisição, recebimento e iniciar o processo para pagamento.	Maior, exige acompanhamento técnico para garantir conformidade com medidas e qualidade. Demandando fiscais e gestores para controle dos contratos.
	No presente processo constam diversos itens, que alguns não precisam se confeccionado sob medida,	

Variedade dos itens	podendo ser adquiridos nos tamanhos padrões de numeração tradicional.  Cabendo uma aquisição por compra	Existem alguns itens que não precisa de confecção sob medida, tais como; sapato, cinto, meia, luva, roupa de cama e outros calçados. Poderá causar fracasso na licitação.
Como os outros órgão estão adquirindo	Mais comum entre órgãos com demandas padronizadas e homogêneas, utilizada por setores administrativos, como;  Presidência da República, Tribunal Superior do Trabalho, Ministério Público da União, Gabinete de Segurança Institucional, entre outros.  Conforme consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Apêndice I da Nota técnica (8253199)	Adotado por órgãos com demandas específicas e operacionais, que envolve projetos de modernização dos uniformes, para melhor atendimento das atividades que desempenharam. Como os seguintes;  Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas.  Conforme pesquisas no PNCP. Apêndice I da Nota técnica (8253199).
Levantamento de preço	Estimativa de valor do terno, conforme preço registrado em ata recente 11/07/2025:  Ata nº73/2025 do GSI R\$ 950,00 - Apêndice II da Nota técnica (8256927)	Estimativa de valor do terno sob medida: conforme preço fornecido pela última empresa contratada.  Orçamento direto com fornecedor R\$ 1.350,00 - Apêndice III da Nota técnica (8256929)

5.1.1. A alternativa mais adequada será a compra pronta, devido haver soluções mercadológicas disponíveis, consolidada e amplamente utilizada para venda de produtos, podendo se eles prontos ou sob medida (personalizados para o tamanho da pessoa) sendo a quantidade de fornecedores em potencial suficientes para participar do processo de seleção do fornecedor para oferecer os produtos, não sendo um mercado restritivo. A EPC, salvo melhor entendimento, escolhe a 1ª alternativa, agora será realizada a análise de como o mercado poderá atender a demanda.

5.1.2. Foram consideradas contratações similares, com o objetivo de verificar como o mercado estar atendendo necessidades parecidas com a demanda da ACMD. Considerando a alternativa de compra pronta para atender à demanda apresentada, esta equipe buscou comparar os objetos de contratações similares em diferentes órgãos (por outras UASG's) e entidades públicas. No levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (Compras. gov.br), acessado à partir de 07 de agosto de 2025, no seguinte endereço: <https://contratos.comprasnet.gov.br /transparencia>, onde pode se observar que o objeto desta contratação é comum, sendo realizada através de pregões eletrônicos, como exemplificado no quadro abaixo:

5.1.2.1. Consultas realizadas:

UASG/ ÓRGÃO	LICITAÇÃO	ETP DIGITAL	ITENS	PERIODO DE VIGÊNCIA	PERMITE ADESÃO EM CASO DE ARP
090023 - Justiça Federal de 1ª instância	Pregão Eletrônico 90014/2025 (SRP)  Id contratação PNCP: 00508903000188-1-001098/2025	Não foi localizada ETP no compras. gov	Aquisição de uniformes sociais e táticos para as equipes  Itens similares a demanda da ACMD: terno, calça tática, camisa gola polo, sapato e bota.	aguardando homologação	Permite adesão conforme TR, contrato ainda não consta no PNCP.
20101 - Presidência da República  110001 - Secretaria de Administração da Casa Civil	Pregão Eletrônico 90046/2024 (SRP)  Id contratação PNCP: 00394411000109-1-000312/2024	181/2024	Aquisição de uniformes.  Itens similares a demanda da ACMD; Ternos, jaleco, cinto e sapatos.	Atas 17/07/2025 a 17 /07/2026	Não permite adesão
711000 - Gabinete do Comandante da Marinha	Pregão Eletrônico 90003/2025 (SRP)  Id contratação PNCP: 00394502000144-1-002513/2025	Não foi localizado ETP no compras. gov	Aquisição futura, eventual e parcelada de fornecimento de uniformes especiais	Atas 17/06/2025 a 17 /06/2026	Permite adesão a ATA

80001 - Tribunal Superior do Trabalho	Pregão Eletrônico 90030/2025 Id contratação PNCP: 00509968000148-1-000809/2025	Não foi localizado ETP no compras.gov	Aquisição de uniformes sociais Itens similares a demanda da ACMD; Terno, calça e sapato	Nota de empenho 01/07/2025 a 28/06/2025	Não é Registro de Preço
160069 - Comando Logístico do Exército	Pregão Eletrônico 18/2023 Id contratação PNCP: 00394452000103-1-015268/2023	100/2023	Aquisição de uniformes, roupas de cama e banho	Atas 15/07/2024 a 15/07/2025	Não permite adesão
20101 - Presidência da República 110322 - Gabinete de Segurança Institucional	Pregão Eletrônico 19/2023 (SRP) Id da Contratação PNCP: 00394411000109-1-000226/2023	40/2023	Aquisição de trajes, uniformes e roupas de cama. Itens similares a demanda da ACMD; Ternos, Cinto, calçados, colete, meias, lençol e fronhas	Ata 30/04/2024 a 29/04/2025	Não permite adesão
170058 - Sup. Regional Receita Federal 4ª RF/PE	Pregão Eletrônica 90008/2024 Id contratação PNCP: 00394460000141-1-000968/2024	5/2024	Aquisição de uniformes e acessórios operacionais/tático para os servidores	Ata 30/09/2024 a 29/09/2025	Não permite adesão

5.1.3. Restou dentre as possíveis soluções e possibilidades de aquisição dos itens demandados as seguintes:

1ª Solução	Aquisição por meio de Contratação Direta	
	Conforme art. 72 e Inc II do Art 75, da Lei 14.33/2021 - Dispensa de Licitação. Essa modalidade tem a forma Eletrônica tendo vantagem na tramitação do processo sendo mais ágil em relação as outras opções, custo reduzido para operacionalizar a contratação. Embora haja óbices sobre a redução de publicidade e consequentemente menor competitividade, porém o valor ultrapassa o máximo anual permitido. Não sendo uma solução vantajosa para administração neste momento.	
2ª Solução	Participação de Intenção de Registro de Preço	
	<p>Buscas a participação em pregão de Registro de Preço - SRP, como unidade participante. De acordo com Inc IV do art 2º, Decreto 11.462/2023.</p> <p>A grande vantagem nesta solução será o custo reduzidos para contratação, assim facilitando a economia de escala, haja vista que haverá mais participantes, e poderá reduzir os valores cobrados pelos fornecedores. Sendo a dificuldade de encontrar um pregão que atenda as diversas demandas da ACMD, por haver vários tipos de uniformes, que nem sempre são compatíveis com o uniformes utilizados em outros órgãos.</p> <p>Durante a elaboração deste artefato, foram realizadas consultas nos sites;  <a href="https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/central-de-compras/transparencia/intencoes-de-registro-de-preco">https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/central-de-compras/transparencia/intencoes-de-registro-de-preco</a>, constando neste somente 3 registros de IRP abertas, não sendo nenhum dos objetos pertinentes a presente demanda.  <a href="https://www2.comprasnet.gov.br/siasgnet-irp/consultarIRPComprasNetSubmit.do?method=consultarIRPComprasNet">https://www2.comprasnet.gov.br/siasgnet-irp/consultarIRPComprasNetSubmit.do?method=consultarIRPComprasNet</a></p> <p>foi encontrada somente uma IRP com objetos semelhantes ao demandado, sendo de um órgão do Estado de São Paulo, que poderá acarretar impedimento financeiros junto aos fornecedores, devido a localidade ser distinta do órgão gerenciador, o fornecedor terá maiores custos na logística. Apêndice II.</p>	

Adesão à Ata de Registro de Preço	
3ª Solução	Realização da contratação por meio da utilização da Ata de Registro de Preço por órgão ou entidades não Participantes - De acordo com art 31, do decreto 11.462/2023. Embora aparentemente sejam reduzidos o prazo e custo, pela especificidade dos itens e variedade dos mesmo, dificilmente haverá algum órgão que suprirá a demanda completa, sendo necessário aderir a várias atas para contemplar a necessidade da ACMD. O que poderá causar demora na efetiva entrega dos uniformes/ materiais, devido o procedimento de adesão à ata ser por meio processo administrativo com várias peculiaridades do próprio decreto, causando demora ou até mesmo inviabilidade técnica, caso o preço registrado não seja o mais econômico no momento da adesão. Como a demanda tem diversos itens, e não ser possível dimensionar/ estipular a data certa da necessidade de fornecer um uniforme ao profissional que for movimentado para ACMD, essa equipe, salvo melhor entendimento não considera essa uma solução viável para presente demanda. Conforme pesquisas realizadas foram encontradas poucas Atas vigentes que permitem adesões. Documento em anexo, apêndice III deste artefato. Não sendo considerada uma solução benéfica e viável para atender a demanda do Ministério da Defesa.
4ª Solução	Realização de processo licitatório - Pregão Eletrônico Contratação por meio de processo licitatório para suprir a demanda do órgão – Embora o prazo processual seja maior, há possibilidade de menor custo para aquisição global, nesta modalidade as especificidades dos objetos podem ser padronizadas mais facilmente e definidos com o Termo de Referência e demais documentos necessários.

5.2. Ao analisar as possíveis soluções a que melhor atende a necessidade da ACMD, salvo melhor entendimento pela EPC, será a 4ª solução. Por entender que será mais vantajoso a realização de pregão eletrônico para eventual aquisição dos itens.

5.3 Não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições tendo em vista que a presente aquisição se trata de um material comum, de acordo com o parágrafo único do art. 1º, da Lei 10.520/2002, e os quantitativos a serem adquiridos são disponibilizados facilmente no mercado.

5.3.1 Ademais, após o levantamento do mercado de que trata a alínea anterior, a quantidade de fornecedores em potencial não foi considerada restrita. Em virtude do exposto, não foi julgado como necessária a retificação da especificação técnica dos itens que se pretende adquirir, uma vez que todos os requisitos descritos são indispensáveis para o atendimento da demanda.

5.4 Trata-se de compra dos materiais por meio da modalidade pregão. Não sendo necessário aplicar o caso de possibilidade de locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular, tendo em vista que se trata de aquisição de material comum; e

5.5. Não é possível considerar outras opções logísticas menos onerosas à administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas, tendo em vista o objeto ser aquisição de material comum, ou seja, trata-se de objeto e quantitativos a serem adquiridos que são disponibilizados facilmente no mercado.

5.5.1. Não caberá a doação dos produtos devido a peculiaridade da aplicação desses itens, por tratar-se de uniformes a necessidade é permanente para os profissionais que desempenham as atividades no Ministério.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A contratação será na modalidade de Pregão Eletrônico SRP, havendo Ata de Registro de Preço, o instrumento contratual será substituído por emissão de nota de empenho de despesa, instrumento hábil, conforme a Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.1. Não é possível definir previamente o quantitativo dos tamanhos das peças de vestuário e calçados a serem demandados, devido à grande rotatividade de servidores militares na ACMD, atualmente os empregados/ servindo na atividade, bem como os recém chegados durante o ano, com base nos arts.78 e 82 da Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e nos incisos II e V do Art. 3º do Decreto 11.462, de 31 de março de 2023, será utilizado o procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços.

6.1.2. A duração de vigência da ATA será de 12 (doze) meses, poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.2.1. Em caso de prorrogação da ata, deverá haver renovação dos quantitativos registradas, cabendo antes consulta e aceite da empresa licitante e aplicando o índice de reajuste necessário para manter o equilíbrio econômico-financeiro da Ata.

6.1.2.2. Nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, combinado com art. 22 do Decreto nº 11.462, de 2023, desde que seja comprovado o preço vantajoso e ocorra dentro do prazo de sua vigência.

6.1.3. Não haverá a divulgação de Intenção de Registro de Preço - IRP, por tratar-se de uniformes que são personalizados para o Ministério da Defesa, são itens que atendem exclusivamente a necessidade do ministério para Instrução Normativa nº 1/SEORI/SG-MD, de 5 de fevereiro de 2020, não cabendo abertura para outros órgão.

6.1.4. Impossibilidade de Adesão posterior à Ata de Registro de Preços, não será permitida a adesão posterior para órgão não participantes, visto que a Coordenação de Licitações e Contratos não dispõe de capacidade e recursos humanos suficientes para fazer o gerenciamento posterior de atas.

6.1.5. A requisição mínima e máxima será a seguinte;

Itens	Descrição	Requisição Mínima	Requisição Máxima
1	TERNO COMPLETO (PALETÓ + CALÇA) COR:PRETA	5	50
2	CAMISA MANGA LONGA, NA COR BRANCA	20	100
3	CAMISA MANGA LONGA, NA COR AZUL	6	20
4	CALÇA UNISSEX COR PRETA	20	50
5	JALECO AZUL CLARO	5	20
6	JALECO BRANCO	10	50
7	CAMISETA MANGA CURTA	30	100
8	DÓLMÃ COM TALHE TRADICIONAL	1	5
9	SAPATO SOCIAL MASCULINO	15	100
10	BOTA DE SEGURANÇA	3	6
11	GRAVATA, COR PRETA	30	100
12	CINTO EM COURO COR PRETA	15	100
13	MEIA COR PRETA	100	300
14	COLETE TÁTICO COR CÁQUI	5	20
15	CONJUNTO DE UNIFORME PARA A BRIGADA CONTRA INCÊNDIO	1	3
16	COTURNO COMBATE INCÊNDIO	1	3
17	LUVA DE SEGURANÇA	2	6
18	CALÇA TÁTICA COR CÁQUI	10	30
19	CAMISA TÉRMICA COR PRETA	10	30
20	CAMISA GOLA POLO COR PRETA	10	30
21	BOTA TÁTICA COR DESERT	10	30
22	CINTO TÁTICO	10	30
23	FRONHA SOLTEIRO	15	60
24	LENÇOL DE SOLTEIRO	20	50
25	COLCHA CAMA	20	50

6.1.6. As empresas licitantes deverão ofertar propostas, bem como cotar a quantidade, máxima, de 100 % (cem por cento) para cada item, conforme inciso IV da art. 82 da Lei 14.133/2021.

Da exigência de amostra:

6.2. Após a fase de habilitação, a licitante habilitada deverá encaminhar as amostras solicitadas para que sejam verificados as especificações do item. Cabe ressaltar que todos os custos de remessa correrão por conta do fornecedor.

6.2.1. A empresa já habilitada, que não atender aos requisitos previstos na amostra, conforme especificações que serão previstas no TR será desclassificada.

6.2.2. Serão exigidas amostras de todos os itens, para avaliação dos demandantes, essa medida é necessária para garantir a conformidade técnica, estética e funcional dos produtos com as especificações. Para mitigar falhas e evidências de má qualidade na confecção ou no armazenamento, tais como falhas nas costuras, desfiados, afrouxamentos, entortamentos, vincos, franzidos, amassados, distorções nas fieiras, manchas, desbotamentos, metamerismo, falhas de entrelaçamento, presença de fungos ou odores de qualquer tipo (incluindo os oriundos das matérias primas).

6.2.3. A amostra não será contabilizada como parte do quantitativo contratado, ela deverá permanecer disponível para consulta até o encerramento da vigência contratual, servindo como referência para fiscalização e conferência das entregas. De acordo com o art. 42 da lei 14.133/21 essa previsão de amostra é plausível desde que previsto no edital.

Da entrega do objeto

6.3. O objeto será entregue no prazo de 30 (trinta) dias da requisição formalizada pelo demandante ou qualquer outro meio de formalização da demanda, em remessa única ou em quantitativo especificado pelo Contratante, e de acordo com a emissão de empenho.

6.3.1. A entrega do material deverá ser efetuada em dias úteis, no horário de expediente normal da seção de Almoxarifado, devendo ser agendado previamente por telefone ou e-mail com o responsável do setor, conforme item 4.3 deste artefato.

Da garantia necessária

6.4. O prazo de garantia será o estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor. Durante este período as peças que apresentarem vício ou defeito deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças licitadas.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Em observância ao disposto do inciso III, do art. 40, da Lei nº 14.133/21, as quantidades a serem adquiridas são justificadas em função do consumo e provável utilização.

7.2. O planejamento da aquisição levou em consideração o histórico de consumo do período de 2021, 2022 e 2024, visando garantir o quantitativo necessário para atendimento de 12 (doze) meses. Não houve aquisição no ano de 2023, o previsto neste ano foi adquirido em 2024 após a finalização do pregão SRP nº 19/2023 (60585.000865/2023-79)

7.3. Quadro demonstrativo de consumo e previsão de aquisição:

Item	Descrição do material	Qtd a Licitar	Qtd Licitada 2024 60585.000865/ 2023-79 (Pregão) e 60585.000633/2024- 00 (Dispensa)	Qtd Licitada 2022 60585.00847/ 2022-14	Qtd Licitada 2021 60585.001950/ 2021-92
1	Terno completo (paletó + calça)	105	112	140	140
2	Camisa manga longa, na cor branca	220	400	220	340
3	Camisa manga longa, na cor azul personalizada	26	Fracassado	32	35
4	Calça unissex	150	105	50	120
5	Jaleco Azul Claro	40	38	50	cancelado
6	Jaleco Branco	110	23	50	cancelado
7	Camiseta manga curta personalizada	242	192	140	140
8	Dólmã com talhe tradicional	6	10	20	cancelado
9	Sapato social masculino	165	190	140	140
10	Bota de segurança	15	34	cancelado	0
11	Gravata cor preta	148	160	83	80
12	Cinto em couro	165	60	140	140
13	Meia cor preta	572	694	398	300
14	Colete tático	30	0	deserto	deserto
15	Conjunto de uniforme para Brigada contra incêndio	5	Fracassado	8	deserto
16	Coturno combate incêndio	5	6	Deserto	deserto
17	Luva de segurança	10	20	cancelado	-
18	Calça tática tecido rip-stop	40	Não houve aquisição	22	cancelado
19	Camisa térmica de proteção UV 50	40		-	-
20	Camisa gola polo manga curta preta personalizada	40		44	cancelado
21	Bota tática militar	40	Itens novos, solicitados no despacho nº415/2025/SEGPES-MD (8250681)		
22	Cinto tático	40			
23	Fronha solteiro	96			
24	Lençol de solteiro	60	capa protetora 30	Não houve aquisição, porque foram conseguidos materiais com a Prefeitura Militar de Brasília	
25	Colcha cama	60	110		

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 323.762,86

8.1. A estimativa do valor da aquisição, quantidades, especificações e valor máximo aceitável desta contratação são as constantes do quadro abaixo:

Item	Especificação	CATMAT	UN	QTD	Valor máximo aceitável R\$	
					Unitário	Total
1	<p><b>TERNO COMPLETO (PALETÓ + CALÇA) EM CABIDE E CAPA PROTETORA. COR:PRETA</b></p> <p>Detalhamento do Modelo: <b>Paletó Social Masculino</b> estilo: tradicional tecido: 65 % poliéster e 35 % viscose, mínimo de 300 g/m linear medidas: de acordo com o manequim do usuário frente: abotoamento frontal por 2 botões de 4 furos cada, medindo 20 mm (D), com casas no tamanho 22 mm no sentido horizontal gola: com lapela slim (corte moderno), com caseado do lado esquerdo e feltro debaixo da gola ombreira: de algodão, feltro para baixo da gola, forrada em poliéster bolsos externos: 3, sendo 1 embutido na parte superior do lado esquerdo, com "vista" larga com 3 cm (L) X 10 a 11 cm (C) e 2 embutidos na parte inferior com portinhola medindo 5 a 6 cm (L) X 15 a 16 cm (C) bolsos internos: 4, sendo 2 internos embutidos na parte superior, 1 do lado esquerdo com 12 a 13 cm (C) e outro do lado direito com 12 a 13 cm de (C) - este com abotoamento por um botão com aleta em forma de triângulo com caseado, 2 menores internos embutidos na parte inferior do lado esquerdo com 9 a 10 cm (C), um logo abaixo do outro parte interna: todo forrado, forro 100% sarja de acetato na cor preta, vista interna redonda francesa e ponto picado na cor branca contrastando com o forro mangas: forradas, com 4 botões cada traseiro: forrado com 2 aberturas atrás (corte inglês) botões: na cor preta poliéster, tinto massa T-24 para manga e T-32 para frente, 4 furos entretela: colante para reforço de ombro. Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 2, de 06 de maio de 2008, do Conmetro.</p> <p><b>Calça estilo:</b> social, reta, sem pregas tecido: 65% poliéster e 35% viscose, idêntico ao terno, mínimo de 300 g/m linear medidas: de acordo com o manequim do usuário, fino acabamento com pernetas (forrada 100% sarja de acetato cor preta até o joelho) bolsos: 2 dianteiros tipo faca com pesponto a 6 mm da beirada e forro também pespontado, acabamento em travete e 2 bolsos traseiros com caseado na vertical, sem portinhola, cerzidos, 1 pinchal em cada, fechamento por caseado e 1 botão em cada bolso, forro pespontado em todo contorno botão interno de adaptação cós: de 40 mm (A), com extensão retangular fechável por gancho metálico e 1 botão na extensão, parte interna com extensão com casa preso com 1 botão, forro montado em 2 partes, 8 passantes, porta moedas abertura: frontal com zíper em nylon de 18 cm, com trava automática, em material resistente à ferrugem e com deslizamento prático acabamento das costuras internas: em overlocke aviamentos: na cor do tecido, linha 100% poliéster forro de bolso: 50% poliéster e 50% algodão na cor preta entretela de cós: 100% poliéster: botões: 4 poliéster tinto massa T-24 ( 04 furos).</p> <p><b>Capa protetora para terno</b> em TNT preto na gramatura 80, com zíper reforçado e alça inferior para dobra, medidas 0.60 x 0.98. Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 2, de 06 de maio de 2008, do Conmetro.</p> <p>Medidas: de acordo com manequim do usuário a definir, cabendo a licitante ajustes de manga do paletó, barra e cintura da calça. (Fabricação Nacional).</p>	602211	UN	105	790,97	83.051,85
2	<p><b>CAMISA MANGA LONGA, NA COR BRANCA</b></p> <p>Camisa manga longa, na cor branca, modelo social tecido: 100% algodão, fio 80 e gramatura 94 g/m2 ou 155 g/m linear sendo ± 3% numeração: por colarinho (Ex: 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48...) características adicionais: colarinho: com reforço triplo, abertura para barbatana de 1 cm, barbatana removível de 0,80 cm, entretela 100% algodão, pespontado pala: 2 panos (dupla) tombada e rebatida com pesponto de 0,90 cm, com carcela dupla com 1 botão em cada manga, punhos simples (altura 6,5 a 07 cm) pespontados e abotoáveis, sendo 2 botões em cada punho bolso: bainha simples modelo de bico à altura do peito, lado esquerdo, reforços mosqueados nos cantos, com 13 cm de (L) x 14,5 cm (A) botão reserva na vista interna fralda:</p>	246643	UN	220	204,21	44.926,20



	recortada na direção das costuras laterais e toda embainhada ombro: costura embutida pesponto na beira costas: com 2 pregas macho frente: embutida com fechamento por 8 botões (para vestir ou desvestir) em toda a extensão linha: tit/120 botões: na cor do tecido. Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 2, de 06 de maio de 2008, do Conmetro. Tamanhos a definir.					
3	<b>CAMISA MANGA LONGA, NA COR AZUL</b> Camisa manga longa, na cor azul, modelo social tecido: 100% algodão, fio 80 e gramatura 94 g /m2 ou 155 g/m linear sendo ± 3% numeração: por colarinho (Ex: 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48...) características adicionais: colarinho: com reforço triplo, abertura para barbatana de 1 cm, barbatana removível de 0,80 cm, entretela 100% algodão, pespontado pala: 2 panos (dupla) tombada e rebatida com pesponto de 0,90 cm, com carcela dupla com 1 botão em cada manga, punhos simples (altura 6,5 a 07 cm) pespontados e abotoáveis, sendo 2 botões em cada punho bolso: bainha simples modelo de bico à altura do peito, lado esquerdo, reforços mosqueados nos cantos, com 13 cm de (L) x 14,5 cm (A) botão reserva na vista interna fralda: recortada na direção das costuras laterais e toda embainhada ombro: costura embutida pesponto na beira costas: com 2 pregas macho frente: embutida com fechamento por 8 botões (para vestir ou desvestir) em toda a extensão linha: tit/120 botões: na cor do tecido. Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 2, de 06 de maio de 2008, do Conmetro. Com personalização do órgão. Tamanhos a definir.	463848	UN	26	250,00	6.500,00
4	<b>CALÇA UNISSEX</b> Tecido: panamá; 100% poliéster tipo tela; peso +/- 300 g/m; tipo: social; bolsos: embutidos, pespontados e com reforços (mosqueados) nos cantos; cor: preta; características adicionais: com passadores para cinto, zíper, 2 (dois) bolsos traseiros e 2 (dois) bolsos dianteiros; largura da boca: 21 cm. Tamanhos a serem definidos na data do empenho.	467297	UN	150	122,01	18.301,50
5	<b>JALECO AZUL CLARO</b> Jaleco tecido: 100% poliéster cor: azul claro mangas: curtas fechamento: frontal com 5 botões gola: pespontada e entretelada bolsos: 3 unidades frontais externos, sendo 1 superior do lado esquerdo e 2 na altura da cintura, todos pespontados e reforçados meio cinto traseiro costurado. Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 2, de 06 de maio de 2008, do Conmetro (Tamanhos a definir).	250134	UN	40	95,00	3.800,00
6	<b>JALECO BRANCO</b> Jaleco; tecido: 67% poliéster e 33% algodão; cor: branca; mangas: curtas; fechamento: frontal com 5 botões; bolsos: em número de 03, frontais externos, sendo 01 bolso superior do lado esquerdo e 02 bolsos inferiores pespontados e reforçados; meio cinto traseiro costurado; uso em cozinha. Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 02, de 06 de maio de 2008, do Conmetro. (Tamanhos a definir).	226456	UN	110	92,23	10.145,30
7	<b>CAMISETA MANGA CURTA</b> Camiseta, cor branco, manga curta tipo: unissex cor: branca tecido: malha PV composição 67% poliéster e 33% algodão tipo manga: meia manga tipo gola: olímpica personalização: emblema do Ministério da Defesa no lado superior esquerdo características adicionais: reforço na gola modelagem ampla e tipo exportação. Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 2, de 06 de maio de 2008, do Conmetro. (Arte fornecida pelo MD - Tamanhos a definir).	226109	UN	242	42,95	10.393,90
8	<b>DÓLMÃ COM TALHE TRADICIONAL</b> Dólmã com talhe tradicional; cor: branca; tecido: panamá branco, 100% poliéster tipo tela, peso +/-300g/m; mangas: longas; forro: em tecido 100% acetato na cor branca; botões: em número de 05, metálicos dourados, dispostos em 01 fileira; gola: com entretela colante e colchete, em pé. Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 02, de 06 de maio de 2008, do Conmetro. (Tamanhos a definir).	392801	UN	6	189,00	1.134,00

9	<b>SAPATO SOCIAL MASCULINO</b> Sapato social masculino cor: preta material: couro legítimo (não permitido raspa de couro) peso aproximado: 450 g o pé solado e salto: em borracha em gel, com antiderrapante com amortecedor; forro: em couro palmilha: de 5 mm de espessura, em PU forrada e com bactericida cabedal: em couro fechamento: em cadarço. Aplicação: motoristas e seguranças. (Tamanhos a definir).	235238	PAR	165	220,00	36.300,00
10	<b>BOTA DE SEGURANÇA</b> Bota segurança, material couro, material sola borracha, cor preta tipo cano curto, tipo uso construção civil, características adicionais fechamento em cadarço (atacador) tamanhos a definir	276289	PAR	15	172,58	2.588,70
11	<b>GRAVATA, COR PRETA</b> Gravata cor: preta tecido: jaquard 100% poliéster, forrada em cetim, acabamento de 1ª qualidade, entretelada, lisa medidas aproximadas: 1,45 m (C), 8 cm maior largura e 4 cm menor largura Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 2, de 06 de maio de 2008, do Conmetro.	297200	UN	148	47,98	7.101,04
12	<b>CINTO EM COURO</b> Cinto social preto em couro com fivela prateada, modelo comercial, altura 0,4 cm, largura de 3,7 a 4 cm e comprimento a definir de acordo com manequim do usuário (90cm- 95cm- 100cm- 105cm- 110cm- 115cm e 120cm), informado na emissão do empenho. Confeccionado em couro bovino, curtido ao cromo, forrado em couro, na cor preta, sendo unidos por costura das extremidades laterais. Fivela de metal fixada (costurada) em uma das extremidades do cinto juntamente com um passador confeccionado em couro bovino, curtido ao cromo	344396	UN	165	72,86	12.021,90
13	<b>MEIA COR PRETA</b> Meia cor: preta tecido: 76% algodão, 22% poliamida e 2% elastano, aceitamos a variação da composição em 3% +/- do percentual cano: médio, Tamanho 36 ao 44.	235427	PAR	572	26,51	15.163,72
14	<b>COLETE TÁTICO</b> Colete: Material em tecido Cedro Rip Stop Super, 70% poliéster e 30% algodão, super resistente, à prova d'água, com abertura em zíper reforçado de cor preto (NY 5, equivalente ou de melhor qualidade), contendo 11 bolsos frontais: - 02 bolsos inferiores com fechamento em velcros de cor preto medindo 21 x 20 cm (altura x largura);- 02 bolsos grandes inferiores aberturas em meia lua medindo 19,5 x 16/20,5 cm (altura x largura);- 02 bolsos grandes inferiores com fechamento em zíper de cor preto NY 5 (equivalente ou de melhor qualidade) medindo 27,5 x 18 cm (altura x largura); - 01 bolso médio superior lado direito bipartido com fechamento em velcro de cor preto medindo 10 x 12 cm (altura x largura);- 01 bolso médio superior direito com fechamento em velcro de cor preto medindo 18 x 12 cm (altura x largura);- 01 bolso médio superior direito com fechamento lateral em zíper reforçado de cor preto NY 5 (equivalente ou de melhor qualidade) medindo 13 x 23 cm (altura x largura);- 01 bolso médio superior esquerdo com fechamento em velcro de cor preto medindo 11,5 x 11,5 cm (altura x largura); e- 01 bolso médio superior esquerdo com fechamento em velcro de cor preto na parte superior e fechamento em zíper reforçado de cor preto NY 5 (equivalente ou de melhor qualidade) medindo 5 x 8,5 cm (altura x largura). - 01 porta caneta superior esquerdo medindo 11,5 x 3 cm (altura x largura); - 01 velcro de cor preto na parte superior do bolso direito de nº 9, centralizado, medindo 6 x 8 cm (altura x largura) para colocação de distintivo emborrachado (Bandeira do Brasil); - 01 Tela reforçada de cor preta na parte das costas, para ventilação, dando maior conforto ao usuário, acima do grande bolso posterior inferior, entre as costuras superior e mediana do colete. Conforme arte, o tecido deverá ter uma abertura centralizada entre as costuras superior e mediana, sendo o fechamento proporcionado pela tela; - 01 grande bolso posterior inferior, na forma de trapézio isósceles com fechamento lateral em velcro de cor preto medindo 26,5 x 28/42 cm (altura x largura); - Ajuste de cintura com 02 (dois) botões de pressão de cor preto de cada	460417	UN	30	365,25	10.957,50

	lado (conforme anexo); - Cor: Cáqui; e Tamanhos: P, M, G, GG, XG (conforme distribuição em tamanhos na tabela).					
15	<p><b>CONJUNTO DE UNIFORME PARA A BRIGADA CONTRA INCÊNDIO</b> Composição: <b>1 blusa tecido:</b> RIP STOP cor: azul marinho mangas: longas, com reforços acolchoados nos cotovelos, faixas fotoluminescentes na cor prata, únicas nos braços, com a largura de 5 cm bolsos: 4 chapados, quadrados, tipo fole e fecho de contato, sendo 2 na parte inferior e 2 na parte superior, próximos à altura do peito logomarca do MD: bordado no bolso superior, do lado esquerdo. Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 2, de 06 de maio de 2008, do Conmetro.</p> <p><b>1 calça tecido:</b> RIP STOP, idêntico à blusa cor: azul marinho reforço: acolchoado nos joelhos e virilhas faixas fotoluminescentes na cor prata, únicas nas pernas, com a largura de 05 cm bolsos: 04, chapados, quadrados, tipo fole e fecho de contato, sendo 02 laterais, próximos à altura dos joelhos e 02 na parte traseira e 02 bolsos na parte da frente. Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 2, de 06 de maio de 2008, do Conmetro.</p> <p>Sob medida. Arte da Logomarca fornecida pelo MD.</p>	452969	UN	5	342,82	1.714,10
16	<p><b>COTURNO COMBATE INCÊNDIO</b> Descrição complementar: coturno combate incêndio de cano longo para bombeiros, material confeccionado 100% em couro de primeira qualidade, protetor frontal na canela em couro, material sola borracha, acabamento superficial couro curtido ao cromo, formato anatômico, espessura solado 15 a 17 mm, solado resistente a temperatura 300 °C por 1 minuto, material biqueira termoplástico/poliéster e resina vinílica, espessura biqueira 1 mm, material palmilha poliéster com alma de aço, palmilha de conforto em formato anatômico para maior conforto e antibactericida. Fechamento em zíper, recoberto por velcro. Possui porta-faca.</p>	232928	PAR	5	693,11	3.465,55
17	<p><b>LUVA DE SEGURANÇA</b> Luva de segurança para combate a incêndio, confeccionada em malha de fibras de aramida, barreira de umidade microporosa impermeável e respirável em poliuretano, forração interna dupla em malha de aramida e modacrílico e feltro de fibras de aramida, reforços em couro na palma e dorso, tiras de ajuste, dedeiras e fixação com velcro. Especificação mínima: Resistência a abrasão mínimo nível 3; resistência a corte mínimo nível 2; resistência a rasgamento mínimo nível 3; resistência a pulsão mínimo nível 3; comportamento de queima mínimo nível 4; resistência ao calor não queima, não derrete; sem penetração de líquidos químicos.</p> <p>Atender as normas ISO 13935/2, ISO17493 e EN659/03.</p>	290689	PAR	10	360,00	3.600,00
18	<p><b>CALÇA TÁTICA</b> Tecido – Rip Stop composto por 65% poliéster e 35% algodão, Cor - Cáqui, Tamanho - sob medida, 6 Bolsos: sendo - 2 frontais tipo faca, 2 traseiros embutidos, 2 laterais tipo cargo.</p>	417412	UN	40	240,00	9.600,00
19	<p><b>CAMISA</b> Térmica de Proteção UV 50, Cor – preta, manga longa (segunda pele), tecido 90% poliéster e 10% elastano, com distintivo circular inscrito: MD Segurança do Ministro e mangas com inscrição SEGPEs.</p>	604552	UN	40	99,99	3.999,60
20	<p><b>CAMISA GOLA POLO</b> manga curta, Cor - preta, tecido 50% algodão com inscrição " Ministério da Defesa" e brasão da República Bordado no peito e bordado da bandeira do Brasil nas mangas e inscrito "Ministério da Defesa". Tamanho: sob medida.</p>	462544	UN	40	97,00	3.880,00
21	<p><b>BOTA TÁTICA MILITAR</b> Cor - Desert, cabedal em camurça. Sistema de amarração em poliamida, ABS e fibras de carbono. Maior resistência e conforto em CORDURA 100% poliamida. Palmilha anatômica para melhor distribuição do peso corporal. Altura do cano: aprox. 25 cm no 40</p>	604417	PAR	40	439,90	17.596,00
22	<p><b>CINTO TÁTICO</b> Produzido em fita 100% poliamida. Fivela de ajuste rápido, auto bloqueante, em nylon. Disponível em tamanho único. Podendo ser</p>	604704	UN	40	77,81	3.112,40

	ajustado de acordo com o tamanho desejado. Comprimento: 115 cm Altura: 4 cm					
23	<b>FRONHA SOLTEIRO</b> fronha, tipo solteiro, 100% algodão, tam 50 x 70 cm	215876	UN	96	10,90	1.046,40
24	<b>LENÇOL DE SOLTEIRO</b> Material: 100% algodão, na cor branco, 200 fios, tipo: solteiro medindo 1,40m x 2,20m, liso, arremates nas extremidades das costuras, sem elástico, resistente a lavagem em processo industrial.	485347	UN	60	84,27	5.056,20
25	<b>COLCHA CAMA,</b> Colcha cama, tipo manta, material piquet 100% algodão, medidas mínimas (C x L) 2,20 m x 1,80 m, cor branco, gramatura mínima 300 g /m2.	459543	UN	60	138,45	8.307,00
TOTAL ESTIMADO					R\$ 323.762,86	

8.2 Os valores estimados neste ETP foram planejados no PGC (Planejamento e Gerenciamento das Contratações) em 2024.

8.2.1. O valor máximo aceitável (final) será o valor resultante da pesquisa de preços que serão realizadas pela CPLANC, deste Ministério e constará no Termo de Referência.

8.2.2. Para estimativa inicial dos valores foram utilizadas as pesquisas dos setores demandantes, realizadas no DFD's eletrônicos, conforme (7959156), (7959160) e (8251448).

8.3. Quanto ao sigilo do valor da aquisição até a conclusão da licitação (inciso VI do art. 9º IN 58 /2022), conclui-se que não se faz necessário, haja vista que tornar o valor da licitação sigiloso é um ato discricionário da Administração e, no presente caso, os valores constarão na última versão do Termo de Referência. Portanto, os valores serão divulgados tanto no Edital quanto no Sistema de Compras Governamentais, uma vez que tal informação pode auxiliar os licitantes na elaboração de suas propostas de preços.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, atendendo aos princípios do inc. II do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento, é tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

9.2. Em regra, conforme inciso VII, art.18 e seu caput, da Lei 14.133/2021, o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala, bem como foram abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação. Destarte, para utilização de diversas pretensões contratuais não é possível definir previamente o quantitativo dos tamanhos das peças de vestuário e calçados a serem demandados, devido à grande rotatividade de servidores militares na AC/MD, com base nos arts.78 e 82 da Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e nos incisos II e V do Art. 3º do Decreto 11.462, de 31 de março de 2023, será utilizado o procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços.

9.3. Considera-se ainda, o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, atendendo aos parâmetros de qualidade e buscando a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado, conforme o inc. II e III, § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

9.4. Em virtude de acudir o maior número de interessados em participar da licitação sem prejudicar o ganho da aquisição em escala (Súmula nº 247 do TCU), optou-se pela organização do certame em itens.

9.5. No atual cenário do mercado nacional, existem diversos fornecedores aptos à fornecerem as demandas apresentadas, observados em processos licitatórios semelhantes, conforme apresentado neste instrumento, o que torna possível a realização da contratação através de processo licitatório com ampla concorrência.

9.6. Opção de critério de julgamento e contratação será o Menor Preço por item.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. As despesas referentes ao referido processo estão em conformidade com o inciso II, do Art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). A contratação não se refere à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa em relação à Lei Orçamentária Anual, o Plano Plurianual, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

11.2. A presente aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

Id pca PNCP: 03277610000125-0-000002/2025

Data de publicação no PNCP: 07/05/2024

Id do item no PCA: 1220 a 1242

Classe/ Grupo:

8405 - VESTUÁRIO EXTERNO MASCULINO;

8440 - MEIAS, LUVAS E OUTROS COMPLEMENTOS DO VESTUARIO MASCULINO;

8415 - VESTUÁRIO PARA FINS ESPECIAIS;

8430 - CALÇADOS MASCULINOS;

7210 - UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS;

7210 - UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS

Identificador da Futura Contratação: 110404-18/2025

11.2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000005/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2025;

III) Id do item no PCA: 887 a 904;

VI) Classe/Grupo:

8405 - VESTUÁRIO EXTERNO MASCULINO;

8440 - MEIAS, LUVAS E OUTROS COMPLEMENTOS DO VESTUARIO MASCULINO;

8415 - VESTUÁRIO PARA FINS ESPECIAIS;

8430 - CALÇADOS MASCULINOS;

7210 - UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS;

V) Identificador da Futura Contratação: 11040-19/2026;

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O resultado pretendido será alcançado com aquisição de uniformes especiais (peças de vestuário e calçados) e roupa de cama, que englobam o presente processo de modo que este atenda às necessidades do Ministério da Defesa - MD, visando a boa apresentação dos servidores que fazem jus ao recebimento dos uniformes.

12.2. A ACMD necessita dispor de pessoal capacitado e bem apresentado para bem representar o órgão, como o pessoal da segurança e os motoristas de autoridades. Desta forma, a aquisição de uniformes e roupas irão permitir como resultado a manutenção do excelente padrão de apresentação pessoal dos profissionais e áreas de descanso.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não há providências a serem adotadas.

13.2. Os responsáveis pela fiscalização da Ata de Registro de Preço foram indicados nos DFD's (7959156) e (7959160).

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não há possíveis impactos ambientais vinculados à aquisição.

## 15. Providências Complementares

15.1. A Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, disciplina que o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) consiste no repositório centralizado e obrigatório dos atos inerentes às contratações públicas, prevendo especialmente:

*Art. 174. § 2º O PNCP conterá, entre outras, as seguintes informações acerca das contratações:*

*III - (...) avisos de contratação direta e editais de licitação e respectivos anexos;*

15.2. Face ao exposto, o ETP é apêndice ao Termo de Referência, é considerado anexo do edital ou do aviso de contratação e, portanto, precisa ser divulgado no PNCP.

15.3. Em observação a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação, e em atendimento ao art.13 da IN nº 58/2022.

*Art. 13. Ao final da elaboração do ETP, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.*

15.4. Essa EPC (Equipe de Planejamento da Contratação) avaliou não ser necessário a classificação de grau, prazos, informações ou valores sigilosos.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

17.1. Esta equipe de planejamento declara a viabilidade e a razoabilidade da Aquisição de uniformes especiais sob medida, com base nos elementos expostos neste Estudo Técnico Preliminar, consoante no art. 9º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022.

17.2. De acordo com as PORTARIA DEADI/SEORI/SG-MD Nº 3584, DE 08 DE AGOSTO DE 2025 (8217465), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 30, de 15 de agosto de 2025 (8214680), foi designada a Equipe de Planejamento da Contratação, conforme segue:

I - na condição de integrante requisitante:

CAP (EB) ALEX SANDRO **XAVIER** DA SILVA, CPF: \*\*\*.485.907-\*\*, lotado na Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado e Serviços (COPAS).

II - na condição de integrante técnico:

2º Ten (EB) **WAGNER** DE SOUZA COUTINHO, CPF: \*\*\*.206.527-\*\*, lotado na Seção de Gestão de Almoxarifado (ALMOX).

III - na condição de integrante administrativo:

1º Ten (MB) **UIARA** ALVES DOS SANTOS MOREIRA, CPF: \*\*\*.346.481-\*\*, lotado na Coordenação de Planejamento de Contratações (CPLANC);

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA DEADI-MD Nº 3584, de 08 de agosto de 2025.

**ALEX SANDRO XAVIER DA SILVA**

Integrante Requisitante da EPC



*Assinou eletronicamente em 03/02/2026 às 17:01:08.*

Despacho: PORTARIA DEADI-MD N° 3584, de 08 de agosto de 2025.

**WAGNER DE SOUZA COUTINHO**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 03/02/2026 às 16:08:30.*

Despacho: PORTARIA DEADI-MD N° 3584, de 08 de agosto de 2025.

**UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 03/02/2026 às 14:41:18.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - listadeitens19092025.pdf (107.24 KB)
- Anexo II - imagens\_Comprimida.pdf (4.89 MB)



## Catálogo - Itens selecionados

Sequencial	ID	Nome	Tipo	Unidade Medida	NCM/NBS	Margem Preferencia
1	602211	Terno Tipo Tecido: 38% Lã E 62% Poliéster, Tipo: Blazer E Calça, Tamanho: Sob Medida, Características Adicionais: Gola Slim, Calça Reta Sem Pregas	MATERIAL	Unidade		false
2	246643	Camisa Masculina Material: Algodão, Tipo: Social, Modelo Manga: Longa, Tipo Gola: Entretelada, Indeformável E Pespontada, Tipo Peitilho: Fechamento Com Botão, Acabamento Manga: Punho Simples, Entretelado, Pespontado E Abotoável, Tamanho: Grande, Características Adicionais: Fio 50/Pala Com 2 Panos/Bolso Altura Do Peito Lado	MATERIAL	Unidade		false
3	463848	Camisa Masculina Material: 100% Algodão, Modelo Manga: Comprida, Tipo Gola: Colarinho Entretelado, Cor: Variada, Tamanho: Sob Medida, Características Adicionais: Conforme Modelo	MATERIAL	Unidade		false
4	467297	Calça Profissional Material: Poliéster, Cor: Preta, Tamanho: G	MATERIAL	Unidade		false
5	250134	Jaleco Material: Brim, Tipo: Longo, Tipo Manga: Curta, Quantidade Botões: 5UN, Quantidade Bolsos: 3UN, Tamanho: M, Cor: Azul-Marinho, Características Adicionais: Com Gola, Tipo Tecido: Brim (Leve), Posição Bolsos: 1 Lado Esquerdo Peito E 2 Laterais Abaixo Cintura	MATERIAL	Unidade		false
6	226456	Jaleco Material: Tecido, Tipo: Longo, Tipo Manga: Curta, Quantidade Botões: 5UN, Quantidade Bolsos: 2UN, Tamanho: G, Cor: Branca, Características Adicionais: Com Gola	MATERIAL	Unidade		false
7	226109	Camiseta Tipo: Masculino, Tipo Tecido: Meia Malha, Tipo Manga: Meia Manga, Tipo Gola: Redondo, Cor: Branca, Tamanho: Grande, Tipo Costura: Dupla Gola E Manga, Características Adicionais: Com Estampa	MATERIAL	Unidade		false
8	392801	Uniforme Profissional Componentes: Dolmã, Tamanho: M, Cor: Branco, Material: Tecido, Características Adicionais: Com Viés E Botões Brancos, Aplicação: Uso De Cozinheiro	MATERIAL	Unidade		false
9	235238	Sapato Masculino Tipo: Social, Material: Couro, Cor: Preta, Características Adicionais: Com Cadarço	MATERIAL	Par		false
10	276289	Bota Segurança Material: Couro Hidrofugado, Material Sola: Pu/Borracha, Cor: Preta, Tamanho: 41, Tipo Uso: Serviços Gerais, Características Adicionais: Bidensidade	MATERIAL	Par		false
11	297200	Gravata Material: Jacquard De Poliéster, Modelo: Tradicional, Tipo: Lisa, Tamanho: 1,45 A 1,50	MATERIAL	Unidade		false

M, Características Adicionais: Social/Sem Nó Permanente

12	344396	Cinto Vestuário Material: Couro, Cor: Preta, Tamanho: 110CM, Uso: Masculino, Modelo: Social	MATERIAL	Unidade	false
13	235427	Meia Vestuário Masculino Material: Poliéster, Tipo: Social, Cor: Preta, Tamanho: Único, Aplicação: Adulto	MATERIAL	Unidade	false
14	460417	Colete Material: Nylon, Cor: Preto, Tamanho: Variado, Uso: Tático, Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão	MATERIAL	Unidade	false
15	452969	Uniforme Masculino Material: Tecido, Tipo: Calça, Tipo Tecido: Brim, Cor: Cinza, Quantidade Bolsos: 4, Posição Bolsos: 2 Na Frente, Corte Faca, E 2 Traseiros Chapados, Tamanho: 44, Características Adicionais: Com Elástico E Cordão Na Cintura, Sem Fecho	MATERIAL	Unidade	false
16	232928	Coturno Combate Incêndio Material: Couro, Material Sola: Borracha, Acabamento Superficial Couro: Curtido Ao Cromo, Formato: Anatômico, Espessura Solado: 15 A 17MM, Resistência Temperatura: 300°C, Material Biqueira: Termoplástico/Poliéster E Resina Vinícula, Espessura Biqueira: 1MM, Material Palmilha: Poliéster Com Alma De Aço	MATERIAL	Par	false
17	290689	Luva Proteção Material: 100% Fibra Aramida, Tamanho: Médio, Tipo: 5 Dedos, Aplicação: Proteção Combate Incêndio, Características Adicionais: Dorso Sem Emendas, Tira De Reforço Entre Polegar E, Tipo Uso: Reutilizável, Esterilidade: Não Estéril, Formato: Anatômico	MATERIAL	Par	false
18	417412	Calça Material: 70% Poliéster E 30% Algodão, Modelo: Rip Stop, Quantidade Bolsos: 6, Tipo Bolso: 2 Frontais Chapados, 2 Traseiros Embutidos, 2 Late, Cor: Preta, Tamanho: Sob Medida, Características Adicionais: Botão E Bainha Na Barra Calça, Regulador Laterais	MATERIAL	Unidade	false
19	604552	Camisa Uniforme Material: Tecido Arctic Dry, Tipo Manga: Longa, Tipo Colarinho: Gola Careca, Tamanho: Variado, Características Adicionais: Conforme Modelo, Tipo Camisa: Segunda Pele, Aplicação: Uniforme, Polícia Judiciária	MATERIAL	Unidade	false
20	462544	Camisa Uniforme Material: Algodão E Poliéster, Tipo Manga: Curta, Tipo Colarinho: Gola Polo, Cor: Preta, Tamanho: Sob Medida, Tipo Uso: Uniforme, Características Adicionais: Abertura Frontal, Conforme Modelo	MATERIAL	Unidade	false
21	604417	Coturno Material: Couro E Lona, Tipo Sola: Borracha, Cor Lona: Areia, Características Adicionais: Passadores Cadarço/Couro Hidrofugado	MATERIAL	Par	false

22	604704	Cinto Vestuário Material: Poliamida, Cor: Desert, Material Fivela: Metal Escovado, Tamanho: 1.500 Mm, Largura: 4,50CM, Tipo: Tático	MATERIAL	Unidade	false
23	215876	Fronha Material: 100% Algodão, Tipo: Solteiro, Comprimento: 70CM, Largura: 50CM	MATERIAL	Unidade	false
24	485347	"Lençol Cama" Material: 100% Algodão, Comprimento: 2,50M, Largura: 1,60M, Cor: Branca, Características Adicionais: Sem Elástico	MATERIAL	Unidade	false
25	459543	Colcha Cama Tipo: Lençol De Cima / Cobertor, Material: 100% Poliéster, Medidas Mínimas (C X L): 2,40 M X 1,80M, Cor: Com Cor, Gramatura Mínima: 300G/M2	MATERIAL	Unidade	false

























MINISTÉRIO DA  
**DEFESA**

























































































DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Termo de Referência 15/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2026	110404-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA	18/02/2026 17:31 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		60575.000079/2025-52

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição, **por meio de Sistema de Registro de Preços de uniforme especiais e enxovais**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATMAT	UN	QTD	Valor máximo aceitável R\$	
					Unitário	Total
1	<p><b>TERNO COMPLETO (PALETÓ + CALÇA) EM CABIDE E CAPA PROTETORA. COR: PRETA</b></p> <p>Detalhamento do Modelo: <b>Paletó Social Masculino</b> estilo: tradicional tecido: 65 % poliéster e 35 % viscose, mínimo de 300 g/m linear medidas: de acordo com o manequim do usuário frente: abotoamento frontal por 2 botões de 4 furos cada, medindo 20 mm (D), com casas no tamanho 22 mm no sentido horizontal gola: com lapela slim (corte moderno), com caseado do lado esquerdo e feltro debaixo da gola ombreira: de algodão, feltro para baixo da gola, forrada em poliéster bolsos externos: 3, sendo 1 embutido na parte superior do lado esquerdo, com “vista” larga com 3 cm (L) X 10 a 11 cm (C) e 2 embutidos na parte inferior com portinhola medindo 5 a 6 cm (L) X 15 a 16 cm (C) bolsos internos: 4, sendo 2 internos embutidos na parte superior, 1 do lado esquerdo com 12 a 13 cm (C) e outro do lado direito com 12 a 13 cm de (C) - este com abotoamento por um botão com aleta em forma de triângulo com caseado, 2 menores internos embutidos na parte inferior do lado esquerdo com 9 a 10 cm (C), um logo abaixo do outro parte interna: todo forrado, forro 100% sarja de acetato na cor preta, vista interna redonda francesa e ponto picado na cor branca contrastando com o forro mangas: forradas, com 4 botões cada traseiro: forrado com 2 aberturas atrás (corte inglês) botões: na cor preta poliéster, tinto massa T-24 para manga e T-32 para frente, 4 furos entretela: colante para reforço de ombro. Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 2, de 06 de maio de 2008, do Conmetro.</p> <p><b>Calça estilo:</b> social, reta, sem pregas tecido: 65% poliéster e 35% viscose, idêntico ao terno, mínimo de 300 g/m linear medidas: de acordo com o manequim do usuário, fino acabamento com pernetas (forrada 100% sarja de acetato cor preta até o joelho) bolsos: 2 dianteiros tipo faca com pesponto a 6 mm da beirada e forro também pespontado, acabamento em travete e 2 bolsos traseiros com caseado na vertical, sem portinhola, cerzidos, 1 pinchal em cada, fechamento por caseado e 1 botão em cada bolso, forro pespontado em todo contorno botão interno de adaptação cós: de 40 mm (A), com extensão retangular fechável por gancho metálico e 1 botão na extensão, parte interna com extensão com casa preso com 1 botão, forro montado em 2 partes, 8 passantes, porta moedas abertura: frontal com zíper em nylon de 18 cm, com trava automática, em material resistente à ferrugem e com deslizamento prático acabamento das costuras internas: em overloque aviamentos: na cor do tecido, linha 100% poliéster forro de bolso: 50%poliéster e 50% algodão na cor preta entretela de cós: 100% poliéster: botões: 4 poliéster tinto massa T-24 ( 04 furos).</p>	602211	UN	105	774,50	81.322,50

	<p><b>Capa protetora para terno</b> em TNT preto na gramatura 80, com zíper reforçado e alça inferior para dobra, medidas 0.60 x 0.98. Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 2, de 06 de maio de 2008, do Conmetro.</p> <p>Medidas: de acordo com manequim do usuário a definir, cabendo a licitante ajustes de manga do paletó, barra e cintura da calça. (Fabricação Nacional).</p>					
2	<p><b>CAMISA MANGA LONGA, NA COR BRANCA</b></p> <p>Camisa manga longa, na cor branca, modelo social tecido: 100% algodão, fio 80 e gramatura 94 g/m2 ou 155 g/m linear sendo ± 3% numeração: por colarinho (Ex: 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48...) características adicionais: colarinho: com reforço triplo, abertura para barbatana de 1 cm, barbatana removível de 0,80 cm, entretela 100% algodão, pespontado pala: 2 panos (dupla) tombada e rebatida com pesponto de 0,90 cm, com carcela dupla com 1 botão em cada manga, punhos simples (altura 6,5 a 07 cm) pespontados e abotoáveis, sendo 2 botões em cada punho bolso: bainha simples modelo de bico à altura do peito, lado esquerdo, reforços mosqueados nos cantos, com 13 cm de (L) x 14,5 cm (A) botão reserva na vista interna fralda: recortada na direção das costuras laterais e toda embainhada ombro: costura embutida pesponto na beira costas: com 2 pregas macho frente: embutida com fechamento por 8 botões (para vestir ou desvestir) em toda a extensão linha: tit/120 botões: na cor do tecido. Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 2, de 06 de maio de 2008, do Conmetro.</p> <p>Tamanhos a definir.</p>	246643	UN	220	152,93	33.644,60
3	<p><b>CAMISA MANGA LONGA, NA COR AZUL</b></p> <p>Camisa manga longa, na cor azul, modelo social tecido: 100% algodão, fio 80 e gramatura 94 g /m2 ou 155 g/m linear sendo ± 3% numeração: por colarinho (Ex: 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48...) características adicionais: colarinho: com reforço triplo, abertura para barbatana de 1 cm, barbatana removível de 0,80 cm, entretela 100% algodão, pespontado pala: 2 panos (dupla) tombada e rebatida com pesponto de 0,90 cm, com carcela dupla com 1 botão em cada manga, punhos simples (altura 6,5 a 07 cm) pespontados e abotoáveis, sendo 2 botões em cada punho bolso: bainha simples modelo de bico à altura do peito, lado esquerdo, reforços mosqueados nos cantos, com 13 cm de (L) x 14,5 cm (A) botão reserva na vista interna fralda: recortada na direção das costuras laterais e toda embainhada ombro: costura embutida pesponto na beira costas: com 2 pregas macho frente: embutida com fechamento por 8 botões (para vestir ou desvestir) em toda a extensão linha: tit/120 botões: na cor do tecido. Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 2, de 06 de maio de 2008, do Conmetro.</p> <p>Tamanhos a definir.</p>	463848	UN	26	207,00	5.382,00
4	<p><b>CALÇA UNISSEX</b></p> <p>Tecido: panamá; 100% poliéster tipo tela; peso +/- 300 g/m; tipo: social; bolsos: embutidos, pespontados e com reforços (mosqueados) nos cantos; cor: preta; características adicionais: com passadores para cinto, zíper, 2 (dois) bolsos traseiros e 2 (dois) bolsos dianteiros; largura da boca: 21 cm. Tamanhos a serem definidos na data do empenho.</p>	467297	UN	150	104,57	15.685,50
5	<p><b>JALECO AZUL CLARO</b></p> <p>Jaleco tecido: 100% poliéster cor: azul claro mangas: curtas fechamento: frontal com 5 botões gola: pespontada e entretelada bolsos: 3 unidades frontais externos, sendo 1 superior do lado esquerdo e 2 na altura da cintura, todos pespontados e reforçados meio cinto traseiro costurado. Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 2, de 06 de maio de 2008, do Conmetro (Tamanhos a definir).</p>	250134	UN	40	72,26	2.890,40
6	<p><b>JALECO BRANCO</b></p> <p>Jaleco; tecido: 67% poliéster e 33% algodão; cor: branca; mangas: curtas; fechamento: frontal com 5 botões; bolsos: em número de 03, frontais externos, sendo 01 bolso superior do lado esquerdo e 02 bolsos inferiores pespontados e reforçados; meio cinto traseiro costurado; uso em cozinha. Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 02, de 06 de maio de 2008, do Conmetro. (Tamanhos a definir).</p>	226456	UN	110	60,06	6.606,60
7	<p><b>CAMISETA MANGA CURTA</b></p> <p>Camiseta, cor branco, manga curta tipo: unissex cor: branca tecido: malha PV composição 67% poliéster e 33% algodão tipo manga: meia manga tipo gola: olímpica personalização: emblema do Ministério da Defesa no lado superior esquerdo características adicionais: reforço na gola modelagem ampla e tipo exportação. Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 2, de 06 de maio de 2008, do Conmetro. (Arte fornecida pelo MD - Tamanhos a definir).</p>	226109	UN	242	34,28	8.295,76
8	<p><b>DÓLMÃ COM TALHE TRADICIONAL</b></p> <p>Dólmã com talhe tradicional; cor: branca; tecido: panamá branco, 100% poliéster tipo tela, peso +/-300g /m; mangas: longas; forro: em tecido 100% acetato na cor branca; botões: em número de 05, metálicos dourados, dispostos em 01 fileira; gola: com entretela colante e colchete, em pé. Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 02, de 06 de maio de 2008, do Conmetro. (Tamanhos a definir).</p>	392801	UN	6	147,84	887,04
9	<p><b>SAPATO SOCIAL MASCULINO</b></p> <p>Sapato social masculino cor: preta material: couro legítimo (não permitido raspa de couro) peso aproximado: 450 g o pé solado e salto: em borracha em gel, com antiderrapante com amortecedor; forro:</p>	235238	PAR	165	209,99	34.648,35

	em couro palmilha: de 5 mm de espessura, em PU forrada e com bactericida cabedal: em couro fechamento: em cadarço. Aplicação: motoristas e seguranças. (Tamanhos a definir).					
10	<b>BOTA DE SEGURANÇA</b> Bota segurança, material couro, material sola borracha, cor preta tipo cano curto, tipo uso construção civil, características adicionais fechamento em cadarço (atacador) tamanhos a definir	276289	PAR	15	78,50	1.177,50
11	<b>GRAVATA, COR PRETA</b> Gravata cor: preta tecido: jaquard 100% poliéster, forrada em cetim, acabamento de 1ª qualidade, entretelada, lisa medidas aproximadas: 1,45 m (C), 8 cm maior largura e 4 cm menor largura Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 2, de 06 de maio de 2008, do Conmetro.	297200	UN	148	25,05	3.707,40
12	<b>CINTO EM COURO</b> Cinto social preto em couro com fivela prateada, modelo comercial, altura 0,4 cm, largura de 3,7 a 4 cm e comprimento a definir de acordo com manequim do usuário (90cm- 95cm- 100cm- 105cm- 110cm- 115cm e 120cm), informado na emissão do empenho. Confeccionado em couro bovino, curtido ao cromo, forrado em couro, na cor preta, sendo unidos por costura das extremidades laterais. Fivela de metal fixada (costurada) em uma das extremidades do cinto juntamente com um passador confeccionado em couro bovino, curtido ao cromo	344396	UN	165	47,38	7.817,70
13	<b>MEIA COR PRETA</b> Meia cor: preta tecido: 76% algodão, 22% poliamida e 2% elastano, aceitamos a variação da composição em 3% +/- do percentual cano: médio, Tamanho 36 ao 44.	235427	PAR	572	20,41	11.674,52
14	<b>COLETE TÁTICO</b> Colete: Material em tecido Cedro Rip Stop Super, 70% poliéster e 30% algodão, super resistente, à prova d'água, com abertura em zíper reforçado de cor preto (NY 5, equivalente ou de melhor qualidade), contendo 11 bolsos frontais: - 02 bolsos inferiores com fechamento em velcros de cor preto medindo 21 x 20 cm (altura x largura);- 02 bolsos grandes inferiores aberturas em meia lua medindo 19,5 x 16/20,5 cm (altura x largura);- 02 bolsos grandes inferiores com fechamento em zíper de cor preto NY 5 (equivalente ou de melhor qualidade) medindo 27,5 x 18 cm (altura x largura); - 01 bolso médio superior lado direito bipartido com fechamento em velcro de cor preto medindo 10 x 12 cm (altura x largura);- 01 bolso médio superior direito com fechamento em velcro de cor preto medindo 18 x 12 cm (altura x largura);- 01 bolso médio superior direito com fechamento lateral em zíper reforçado de cor preto NY 5 (equivalente ou de melhor qualidade) medindo 13 x 23 cm (altura x largura);- 01 bolso médio superior esquerdo com fechamento em velcro de cor preto medindo 11,5 x 11,5 cm (altura x largura); e- 01 bolso médio superior esquerdo com fechamento em velcro de cor preto na parte superior e fechamento em zíper reforçado de cor preto NY 5 (equivalente ou de melhor qualidade) medindo 5 x 8,5 cm (altura x largura). - 01 porta caneta superior esquerdo medindo 11,5 x 3 cm (altura x largura); - 01 velcro de cor preto na parte superior do bolso direito de nº 9, centralizado, medindo 6 x 8 cm (altura x largura) para colocação de distintivo emborrachado (Bandeira do Brasil); - 01 Tela reforçada de cor preta na parte das costas, para ventilação, dando maior conforto ao usuário, acima do grande bolso posterior inferior, entre as costuras superior e mediana do colete. Conforme arte, o tecido deverá ter uma abertura centralizada entre as costuras superior e mediana, sendo o fechamento proporcionado pela tela; - 01 grande bolso posterior inferior, na forma de trapézio isósceles com fechamento lateral em velcro de cor preto medindo 26,5 x 28/42 cm (altura x largura); - Ajuste de cintura com 02 (dois) botões de pressão de cor preto de cada lado (conforme anexo); - Cor: Cáqui; e Tamanhos: P, M, G, GG, XG (conforme distribuição em tamanhos na tabela).	460417	UN	30	157,97	4.739,10
15	<b>CONJUNTO DE UNIFORME PARA A BRIGADA CONTRA INCÊNDIO</b> Composição: <b>1 blusa tecido:</b> RIP STOP cor: azul marinho mangas: longas, com reforços acolchoados nos cotovelos, faixas fotoluminescentes na cor prata, únicas nos braços, com a largura de 5 cm bolsos: 4 chapados, quadrados, tipo fole e fecho de contato, sendo 2 na parte inferior e 2 na parte superior, próximos à altura do peito logomarca do MD: bordado no bolso superior, do lado esquerdo. Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 2, de 06 de maio de 2008, do Conmetro. <b>1 calça tecido:</b> RIP STOP, idêntico à blusa cor: azul marinho reforço: acolchoado nos joelhos e virilhas faixas fotoluminescentes na cor prata, únicas nas pernas, com a largura de 05 cm bolsos: 04, chapados, quadrados, tipo fole e fecho de contato, sendo 02 laterais, próximos à altura dos joelhos e 02 na parte traseira e 02 bolsos na parte da frente. Apresentar etiqueta com informações, de acordo com a Resolução nº 2, de 06 de maio de 2008, do Conmetro. Sob medida. Arte da Logomarca fornecida pelo MD.	452969	UN	5	213,20	1.066,00
16	<b>COTURNO COMBATE INCÊNDIO</b> Descrição complementar: coturno combate incêndio de cano longo para bombeiros, material confeccionado 100% em couro de primeira qualidade, protetor frontal na canela em couro, material sola borracha, acabamento superficial couro curtido ao cromo, formato anatômico, espessura solado 15 a 17 mm, solado resistente a temperatura 300 °C por 1 minuto, material biqueira termoplástico/poliéster e resina vinícula, espessura biqueira 1 mm, material palmilha poliéster com alma de aço, palmilha de conforto em formato anatômico para maior conforto e antibactericida. Fechamento em zíper, recoberto por velcro. Possui porta-faca.	232928	PAR	5	532,20	2.661,00
	<b>LUVA DE SEGURANÇA</b>					

17	Luva de segurança para combate a incêndio, confeccionada em malha de fibras de aramida, barreira de umidade microporosa impermeável e respirável em poliuretano, forração interna dupla em malha de aramida e modacrílico e feltro de fibras de aramida, reforços em couro na palma e dorso, tiras de ajuste, dedeiras e fixação com velcro. Especificação mínima: Resistência a abrasão mínimo nível 3; resistência a corte mínimo nível 2; resistência a rasgamento mínimo nível 3; resistência a pulsão mínimo nível 3; comportamento de queima mínimo nível 4; resistência ao calor não queima, não derrete; sem penetração de líquidos químicos. Atender as normas ISO 13935/2, ISO17493 e EN659/03.	290689	PAR	10	190,00	1.900,00
18	<b>CALÇA TÁTICA</b> Tecido – Rip Stop composto por 65% poliéster e 35% algodão, Cor - Caqui, Tamanho - sob medida, 6 Bolsos: sendo - 2 frontais tipo faca, 2 traseiros embutidos, 2 laterais tipo cargo.	417412	UN	40	182,46	7.298,40
19	<b>CAMISA</b> Térmica de Proteção UV 50, Cor – preta, manga longa (segunda pele), tecido 90% poliéster e 10% elastano, com distintivo circular inscrito: MD Segurança do Ministro e mangas com inscrição SEGPEs.	604552	UN	40	30,38	1.215,20
20	<b>CAMISA GOLA POLO</b> manga curta, Cor - preta, tecido 50% algodão com inscrição " Ministério da Defesa" e brasão da República Bordado no peito e bordado da bandeira do Brasil nas mangas e inscrito “Ministério da Defesa”. Tamanho: sob medida.	462544	UN	40	50,12	2.004,80
21	<b>BOTA TÁTICA MILITAR</b> Cor - Desert, cabedal em camurça. Sistema de amarração em poliamida, ABS e fibras de carbono. Maior resistência e conforto em CORDURA 100% poliamida. Palmilha anatômica para melhor distribuição do peso corporal. Altura do cano: aprox. 25 cm no 40	604417	PAR	40	410,23	16.409,20
22	<b>CINTO TÁTICO</b> Produzido em fita 100% poliamida. Fivela de ajuste rápido, auto blocante, em nylon. Disponível em tamanho único. Podendo ser ajustado de acordo com o tamanho desejado. Comprimento: 115 cm Altura: 4 cm	604704	UN	40	30,28	1.211,20
23	<b>FRONHA SOLTEIRO</b> fronha, tipo solteiro, 100% algodão, tam 50 x 70 cm	215876	UN	96	10,83	1.039,68
24	<b>LENÇOL DE SOLTEIRO</b> Material: 100% algodão, na cor branco, 200 fios, tipo: solteiro medindo 1,40m x 2,20m, liso, arremates nas extremidades das costuras, sem elástico, resistente a lavagem em processo industrial.	485347	UN	60	69,65	4.179,00
25	<b>COLCHA CAMA,</b> Colcha cama, tipo manta, material piquet 100% algodão, medidas mínimas (C x L) 2,20 m x 1,80 m, cor branco, gramatura mínima 300 g/m2.	459543	UN	60	88,15	5.289,00
<b>Total Estimado</b>					<b>R\$ 262.752,45</b>	

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador.

Órgão Gerenciador: Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna					
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	TERNO COMPLETO (PALETÓ + CALÇA)	UN	5	50	105
2	CAMISA MANGA LONGA, NA COR BRANCA	UN	20	100	220
3	CAMISA MANGA LONGA, NA COR AZUL	UN	6	20	26
4	CALÇA UNISSEX COR PRETA	UN	20	50	150
5	JALECO AZUL CLARO	UN	5	20	40
6	JALECO BRANCO	UN	10	50	110
7	CAMISETA MANGA CURTA	UN	30	100	242
8	DÓLMÃ COM TALHE TRADICIONAL	UN	1	5	6
9	SAPATO SOCIAL MASCULINO	PAR	15	100	165
10	BOTA DE SEGURANÇA	PAR	3	6	15
11	GRAVATA, COR PRETA	UN	30	100	148
12	CINTO EM COURO COR PRETA	UN	15	100	165
13	MEIA COR PRETA	UN	100	300	572
14	COLETE TÁTICO COR CÁQUI	UN	5	20	30
15	CONJUNTO DE UNIFORME PARA A BRIGADA	UN	1	3	5



	CONTRA INCÊNDIO				
16	COTURNO COMBATE INCÊNDIO	PAR	1	3	5
17	LUVA DE SEGURANÇA	PAR	2	6	10
18	CALÇA TÁTICA COR CÁQUI	UN	10	30	40
19	CAMISA TÉRMICA COR PRETA	UN	10	30	40
20	CAMISA GOLA POLO COR PRETA	UN	10	30	40
21	BOTA TÁTICA COR DESERT	PAR	10	30	40
22	CINTO TÁTICO	UN	10	30	40
23	FRONHA SOLTEIRO	UN	15	60	96
24	LENÇOL DE SOLTEIRO	UN	20	50	60
25	COLCHA CAMA	UN	20	50	60

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar Digital nº137/2025 (8632455).

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados do(a) **emissão da nota de empenho**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1.O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, será de 12 (doze) meses contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

1.4.2. Caberá prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços por igual período.

1.4.3. Em caso de prorrogação da ata, deverá haver renovação dos quantitativos registradas, cabendo antes consulta e aceite da empresa licitante e aplicando o índice de reajuste necessário para manter o equilíbrio econômico-financeiro da Ata.

1.5. A Ata de Registro de Preços ou outro instrumento hábil que a substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. As empresas licitantes deverão ofertar propostas, bem como cotar a quantidade, máxima, de 100 % (cem por cento) para cada item, conforme inciso IV da art. 82 da Lei 14.133/2021.

Adesão a Ata de Registro de Preços

1.7. Não será permitida a adesão a Ata de Registro de Preço para outros órgãos e as entidades da Administração pública na condição de não participante, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar Digital nº137/2025 (8632455)

1.8. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no sítio Portal de Compras do Governo Federal e as especificações técnicas constantes neste artefato, prevalecerão as contidas neste Termo de Referência.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000005/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2025;

III) Id do item no PCA: 887 a 904;

VI) Classe/Grupo:

8405 - VESTUÁRIO EXTERNO MASCULINO;

8440 - MEIAS, LUVAS E OUTROS COMPLEMENTOS DO VESTUÁRIO MASCULINO;

8415 - VESTUÁRIO PARA FINS ESPECIAIS;

8430 - CALÇADOS MASCULINOS;

7210 - UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS;

V) Identificador da Futura Contratação: 11040-19/2026;

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Fornecer os objetos acondicionados em embalagem individual, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, com o menor volume e possível, que utilize materiais reciclados e/ ou recicláveis, preferencialmente de papelão ou plástico à base de etanol de cana-de-açúcar;

4.1.2. Os objetos não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs); e

4.1.3. A empresa vencedora não deve possuir em sua cadeia de produção empresas que explorem o trabalho infantil, bem como empresas que explorem o trabalho escravo (não devem possuir inscrição no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04 de 11 de maio de 2016).

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Não se aplica na presente contratação.

#### **Da vedação de contratação de marca ou produto**

4.3. Não se aplica na presente contratação.

#### **Da exigência de amostra**

4.4. Após a fase de habilitação, a licitante habilitada deverá encaminhar as amostras solicitadas para que sejam verificados as especificações do item. Cabe ressaltar que todos os custos de remessa correrão por conta do fornecedor.

4.4.1. A empresa já habilitada, que não atender aos requisitos previstos na amostra, conforme especificações previstas no TR será desclassificada.

4.4.2. As amostras serão avaliadas pelos integrantes da Seção de Gestão de Almoxarifado, auxiliados por integrantes da Brigada de Incêndio, Seção de Gestão Alimentar (SEGAL) e Coordenação de Serviços Gerais (COSER) e Segurança Pessoal do Ministro (SEGPES).

4.5. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.5.1. Todos os itens da presente contratação.

4.6. As amostras deverão ser entregues no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco O, Anexo I -Almoxarifado do Ministério da Defesa– Sala 044 – CEP 70052-900 – Brasília – DF, aos cuidados do Tenº Wagner, telefone: 61-33124359, e-mail: wagner.coutinho@defesa.gov.br, no prazo limite de 15 (quinze) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.9.1. Conforme quadro abaixo:

Itens	Descrição dos Critérios avaliados quando couber ao item
1 ao 25	1 - Material atende a especificação: ( ) Sim ( ) Não  2 - Acabamento atende a especificação: ( ) Sim ( ) Não  Resultado: ( ) Aprovado ( ) Reprovado  Motivo: _____

4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **30** (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

**Da exigência de carta de solidariedade**

4.15. Não se aplica na presente contratação.

**Subcontratação**

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## Garantia da contratação

4.17. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.18. Não se aplica na presente contratação, conforme justificado no ETP Digital 137/2025 no subitem 4.9. que não caberá cota de ME e EPP.

## Margem de Preferência:

4.19. Não se aplica na presente contratação, devido nenhum dos itens estarem contemplados no anexo I da RESOLUÇÃO SEGES-CICS/MGI Nº 8, DE 31 DE MARÇO DE 2025 e também na relação do anexo I da RESOLUÇÃO SEGES-CICS/MGI Nº 4, DE 18 DE OUTUBRO DE 2024 (Atualizada) Especifica os produtos manufaturados nacionais que serão objeto de margens de preferência normal e adicional nas licitações realizadas no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Conforme estabelecida em resoluções da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, nos termos do Decreto n.º 12.218, de 11 de outubro de 2024 e n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024.

# 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

## Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento da Nota de empenho ou pedido, em remessa única de acordo com o empenho ou pedido.

5.1.1. O fornecedor deverá acusar o recebimento tão logo tenha efetivamente recebido a nota de empenho.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: sem ônus para administração, na Seção de Gestão de Almoxarifado da AC/MD, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios - Anexo do Bloco "O" - sala 044, CEP70052-900 –Brasília – DF.

## Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

# 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O instrumento hábil equivalente (Nota de Empenho) deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do instrumento hábil equivalente (Nota de Empenho), o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do instrumento hábil equivalente (Nota de Empenho) deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) setores requisitantes ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico da contratação acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. Os setores requisitantes da aquisição anotarão no histórico de gerenciamento do instrumento hábil equivalente (Nota de Empenho) todas as ocorrências relacionadas à execução da aquisição, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, os requisitantes emitirá notificações para a correção da execução da aquisição, determinando prazo para a correção.

6.10. Os requisitantes informará ao setor competente, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da aquisição nas datas aprazadas, os requisitantes comunicará o fato imediatamente ao setor competente.

6.12. Os requisitantes comunicará ao setor competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. Não se aplicará ao objeto desta licitação, o instrumento equivalente utilizado será a Nota de Empenho - NE.

### **Gestor do Contrato**

6.14. Não se aplicará ao objeto desta licitação, o instrumento equivalente utilizado será a Nota de Empenho - NE.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **05% (cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias

7.2.4.2. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação (por ser SRP será pela parcela inadimplida).*

7.2.4.3. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** do valor da contratação (por ser SRP será pela parcela inadimplida).*

7.2.4.4. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** do valor da contratação (por ser SRP será pela parcela inadimplida).*

7.2.4.5. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento)** do valor da contratação (por ser SRP será pela parcela inadimplida).*

7.2.4.6. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento)** do valor da contratação (por ser SRP será pela parcela inadimplida).*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7.15. De acordo com a determinação deste Ministério, por meio da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEORI/SG-MD Nº 24, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023 (6766803) e NOTA n. 00581/2023/CONJUR-MD/CGU/AGU (6675916), onde recomenda que nos processos licitatórios a equipe de planejamento da contratação fixe os percentuais de multa.

7.15.1. Para as infrações prevista no Edital, que possam ocorrer durante a fase de seleção do fornecedor, serão aplicados os seguintes percentuais de multa;

No Edital

## 15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

"15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

(...)

15.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 7,5% do valor do contrato licitado.

15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.



## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto da licitação.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.21. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **Antecipação de pagamento**

8.26. Não se aplica ao objeto desta licitação.

## **Cessão de Crédito**

8.27. Não se aplica ao objeto deste certame, por trata-se de licitação por meio de SRP.

## **Reajuste**

8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/10/2025, de acordo com a Análise Crítica da Pesquisa de Preços (8414432)

8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Preços ao Consumidor - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

*9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.*

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

## **Habilitação jurídica**

- 9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de 10% dez por cento do *valor total estimado da contratação por item pertinente*.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**Qualificação Técnica**

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. Apresentação de atestado, comprovando o fornecimento de quantitativos mínimos, equivalentes a 30%.(trinta por cento) da quantidade prevista para os itens deste instrumento, (Em conformidade com os Acórdãos nº 3.157/2004 - 1ª Câmara, 124/2002, 1.937 /2003, 1.341/2006, 2.143/2007, 1.557/2009, 534/2011, 1.695/2011,737/2012 - Plenário. Acórdão nº 1.052/2012 - Plenário, TC 004.871/2012-0 - Informativo sobre Licitações e Contratos nº 104/2012 - Tribunal de Contas da União). Conforme a tabela abaixo;

Itens	Documentação
1, 2, 4, 9, 13 e 21	Comprovação de capacidade de entrega dos itens, que comportem ao menos 30% da quantidade solicitada.

9.30.1.1.2. Conforme §2º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021 “será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados”. Além disso, registre-se que só é possível a exigência de atestado quanto às parcelas de maior relevância, entendidas essas como as que possuem valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação (art. 67, §1º) Grifo nosso.

9.30.1.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.30.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**Disposições gerais sobre habilitação**

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$262.752,45. (duzentos e sessenta e dois mil setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Por ser Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

***(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)***

### 1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:



1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

## **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

## **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.8. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.10. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo

complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Brasília/ DF, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônico, com Sistema de Registro de Preço* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA DEADI-MD Nº 3584, de 08 de agosto de 2025

**ALEX SANDRO XAVIER DA SILVA**

Integrante Requisitante da EPC



Assinou eletronicamente em 18/02/2026 às 17:31:40.

Despacho: PORTARIA DEADI-MD Nº 3584, de 08 de agosto de 2025

**WAGNER DE SOUZA COUTINHO**

Integrante Técnico da EPC



*Assinou eletronicamente em 18/02/2026 às 17:28:10.*

Despacho: PORTARIA DEADI-MD N° 3584, de 08 de agosto de 2025

**UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA**

Integrante Administrativo da EPC



*Assinou eletronicamente em 18/02/2026 às 17:24:28.*